



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

Rua do Acre nº 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

EDITAL

CONVITE Nº 003/2016

(Art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/93)

Processo nº TRF2-EOF-2016/0120

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região torna público que realizará às **15h00 horas do dia 07 de outubro de 2016**, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente no Tribunal nesta data, na Rua Acre, nº 80, 6º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2016/00007, de 13.01.2016, da Ilma Srª. Diretora da Secretaria Geral, o recebimento dos envelopes "A" e "B" contendo documentos de habilitação e propostas comerciais, referentes ao Convite em epígrafe, do tipo **MAIOR OFERTA**, sob a forma de execução indireta, visando à **concessão de uso de área correspondente a 58,40 m2, sendo 43,50 m2 lineares, no pavimento térreo e 14,90 m2 de mezanino, com montacarga, com capacidade para suportar até 80 Kg, localizada no Centro Cultural Justiça Federal, do imóvel situado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro, para a instalação e exploração de um COFFEE SHOP**, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos.

O certame será regido pelas disposições da Lei nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, do Decreto 8.538/15 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Especificações Técnicas;
- Anexo II - Laudo de Vistoria;
- Anexo III - Modelo de Declaração (Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93);
- Anexo IV - Atestado de Vistoria;
- Anexo V - Minuta do Contrato Administrativo.

O arquivo do Edital e todos os seus anexos podem ser obtidos gratuitamente pela *internet*, no endereço www.trf2.jus.br, opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento". Os arquivos também podem ser solicitados pelo e-mail cpl@trf2.gov.br com cópia para cpl2@trf2.gov.br.

1 – OBJETO: O presente CONVITE tem por objeto a **concessão de uso de área correspondente a 58,40 m2, sendo 43,50 m2 lineares, no pavimento térreo e 14,90 m2 de mezanino, com montacarga, com capacidade para suportar até 80 Kg, localizada no Centro Cultural Justiça Federal, do imóvel situado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro, para a instalação e exploração de um *COFFEE SHOP***, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos.

- 1.1 - O objeto do presente CONVITE é UNO e indivisível e será adjudicado a uma única empresa.
- 1.2 - A área onde será instalado o *Coffee Shop* pertence ao Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro.
- 1.3 - As sessões deste Convite serão realizadas no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Acre, nº 80, sala 604, Centro/Rio de Janeiro, fax/telefones: (21) 2282-8682 / 2282-8016.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 2.1 - Não poderão participar deste Convite:
 - 2.1.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Convite;
 - 2.1.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
 - 2.1.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 2.1.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;
 - 2.1.5- Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

- 2.1.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
 - 2.1.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);
 - 2.1.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
 - 2.1.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
 - 2.1.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.2 - Representação legal: solicita-se que as empresas se façam representar legalmente na reunião de recebimento dos envelopes e abertura da documentação;
- 2.2.1 - Serão considerados legalmente habilitados a representar as empresas licitantes seus:
 - 2.2.1.1 - Sócios-gerentes, salvo se for omissa o contrato social, caso em que todos os sócios poderão fazê-lo;
 - 2.2.1.2 - diretores;
 - 2.2.1.3 - procuradores, constituídos por meio de instrumento público ou particular, este com firma reconhecida em cartório, com poderes bastantes para a devida outorga.
 - 2.2.2 - Presume-se existir o mandato quando o representante praticar atos, no procedimento licitatório, só compatíveis com a qualidade de procurador, tais como, entrega da documentação e da proposta, registro de impugnações em ata e sua respectiva assinatura, renúncia do direito de interpor recursos ao resultado da habilitação ou do julgamento das propostas.
 - 2.2.3 - O documento relativo à representação deverá ser apresentado na parte externa do envelope "A", ou seja, não deverá constar do conteúdo do envelope "A". A não apresentação do documento não acarretará a inabilitação da licitante.
 - 2.2.4 - Os documentos comprobatórios da representatividade legal deverão estar disponíveis para apresentação, sempre que solicitados, em qualquer dos atos da licitação, acompanhados de documento de identidade com fé pública.

- 2.3 - Todas as fotocópias de documentos apresentadas deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias;
- 2.3.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.4 - Fica o licitante obrigado a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame.
- 2.5 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:
- 2.5.1 - Estar ciente das condições da licitação;
- 2.5.2 - Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- 2.5.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.6 - A simples apresentação dos envelopes "A" e "B" corresponderá à indicação, por parte da licitante, de que inexistente fato que impeça a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente de Licitação do disposto no art. 97 da Lei nº 8666/93;
- 2.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição dos documentos requeridos no presente Edital.

3 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Toda a documentação necessária à habilitação neste CONVITE deverá ser entregue à Comissão de Licitação, às **15 horas do dia 07 de outubro de 2016**, em envelope lacrado e rubricado, contendo os documentos de habilitação. Na parte externa deste envelope deverá constar:

- a) Envelope "A" – Documentos de Habilitação;
- b) CONVITE nº 003/2016;
- c) Dia e hora da licitação;
- d) Nome da Empresa licitante (dispensado se o envelope for timbrado).

Para participação e habilitação no presente Convite os interessados deverão apresentar a documentação abaixo especificada:

- 3.1 - Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014).

- 3.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 3.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 3.6 - Caso a empresa licitante não apresente os documentos exigidos nos subitens 3.1 a 3.5, ou se a(s) certidão(ões) estiver(em) com a validade expirada, poderá a Comissão proceder a consulta através da *internet* para verificar sua regularidade. A consulta através da internet deverá comprovar que a(s) certidão(ões) estava(m) com prazo de validade regular na data da entrega dos envelopes "A" e "B", sob pena de inabilitação, ainda que a comprovação do prazo de validade seja feita posteriormente, conforme é facultado à Comissão;
- 3.7 - Os licitantes poderão deixar de apresentar as certidões exigidas nos itens 3.1 a 3.5 acima, caso estejam cadastrados e habilitados parcialmente no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 3.7.1 - A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial do licitante que optar por prestar suas informações mediante o SICAF será confirmada por meio de consulta *on-line*, e deverá comprovar que as certidões estavam com prazo de validade regular na data da entrega dos envelopes "A" e "B", sob pena de inabilitação, ainda que a comprovação do prazo de validade seja feita posteriormente, conforme é facultado à Comissão;
- OBS.: O Tribunal Regional Federal da 2ª Região não é unidade cadastradora do SICAF, procede tão somente à consulta.
- 3.8 - **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do parágrafo segundo do art. 13 do Decreto 8.538/15**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
- 3.8.1 - A licitante que se enquadre na previsão do art. 13 do Decreto 8.538/15 e que NÃO APRESENTAR A DECLARAÇÃO exigida no subitem supra, poderá continuar a participar do certame, mas perderá o direito de usufruir do

tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado do julgamento das propostas, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.8.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.8.2, implicará desclassificação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Comissão de Licitação convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Convite.

3.9 - Da Vistoria

3.9.1 - A licitante poderá efetuar visita técnica para confirmação das formas e medidas da área onde será instalada a cafeteria até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de conhecer todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

3.9.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas, ou em favor de eventuais pretensões de alterações na execução do objeto deste Pregão.

3.9.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, podendo ser previamente agendadas com o Presidente da Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização – CCQF, Sr. Francisco Cordeiro, telefone (21) 3261-2554.

3.9.4 - O atestado de vistoria constante do Anexo IV deverá ser preenchido com os dados da empresa e impresso em duas vias, que deverão ser levadas no dia e horário da visita técnica.

3.9.4.1 - O endereço do Centro Cultural Justiça Federal é na Avenida Rio Branco, 241 – Centro – Rio de Janeiro.

3.10 - **DECLARAÇÃO** de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos (Lei 8.666, art. 27, inciso V), preenchido conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

3.11 - **Qualificação Técnica:**

- 3.11.1 - **Alvará de Funcionamento**, comprovando que a licitante mantém estabelecimento comercial de atividade igual ou semelhante à que será executada no COFFEE SHOP a ser instalado no CCJF;
- 3.11.2 - **Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional de Nutricionistas**, nos termos do art. 18 do Decreto 84.444, de 30 de janeiro de 1980, que regulamenta o parágrafo único, do art. 15, da Lei 6.583, de 20 de outubro de 1978, comprovando a especialização da licitante na prestação dos serviços objeto do presente Convite, na qual conste a indicação do responsável técnico;
- 3.11.3 - **Comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ** com o cadastro específico para o ramo atividade econômica alimentação: Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE – Grupo 56 – ALIMENTAÇÃO;

3.12 - **Habilitação Jurídica** comprovada através dos seguintes documentos:

- 3.12.1 - **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- 3.12.2 - **Inscrição do Ato Constitutivo** no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;
- 3.12.3 - **Decreto de Autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- 3.12.4 - Prova de **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

4 - DA PROPOSTA COMERCIAL: A proposta comercial deverá ser entregue à Comissão de Licitação, em envelope lacrado e rubricado, no dia e hora marcados para a entrega dos envelopes, ou seja, às **15 horas do dia 07 de outubro de 2016**. Na parte externa deste envelope deverá constar:

- a) Envelope "B" - Proposta Comercial;
- b) CONVITE nº 003/2016;

- c) Dia e hora;
- d) Nome da Empresa licitante (dispensado se o envelope for timbrado).

A Proposta Comercial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente:

- 4.1 - Ser impressa;
- 4.2 - Mencionar o número deste Convite, dia e hora de sua realização;
- 4.3 - Conter o CNPJ e razão social da proponente;
- 4.4 - Conter nome do Banco, Agência e conta corrente da licitante;
- 4.5 - Indicar a pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato, bem como telefone para contato;
- 4.6 - Descrição detalhada dos serviços a serem executados, obedecidas as especificações constantes do Anexo I - Especificações Técnicas;
- 4.7 - **Taxa mensal de utilização ofertada**, expressa em moeda nacional, em algarismos e por extenso, que não poderá ser inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando as condições constantes do Anexo I - Especificações Técnicas.
 - 4.7.1 - A incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes ao serviço deverão estar incluídos no preço apresentado.
 - 4.7.1.1 - Todos os custos previstos no Anexo I - Especificações Técnicas, referentes à manutenção de pessoal, contratação de consultoria, obtenção de autorizações dos Poderes Públicos, pagamentos de taxas e encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal serão de responsabilidade da Concessionária;
 - 4.7.1.2 - As despesas de água e eletricidade serão pagas pela Concedente.
- 4.8 - **Prazos:**
 - 4.8.1 - **Prazo de validade da proposta:** o prazo de validade da proposta será, no mínimo, de 60 (*sessenta*) dias a contar da data da apresentação dos envelopes "A" e "B";
 - 4.8.2 - **Prazo de Vigência:** o prazo de vigência do Termo de Concessão de Uso será de 24 (*vinete e quatro*) meses, contados a partir do primeiro dia útil

subseqüente à data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (*sessenta*) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

4.8.2.1 - Finda a concessão, o Tribunal Regional Federal cientificará a Concessionária e determinará prazo para a retirada dos bens móveis e utensílios de sua propriedade, desocupação total do espaço e a sua devolução;

4.8.2.1.1 - o prazo acima mencionado será de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contados da devida comunicação.

4.8.3 - Na hipótese de os prazos indicados nos subitens supra não constarem expressamente da proposta comercial, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital;

4.9 - Não serão levadas em consideração propostas que apresentarem rasuras, emendas e entrelinhas, que prejudiquem ou impossibilitem sua compreensão.

4.10 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
- b) Não atendam às exigências deste CONVITE;
- c) Cotarem parcialmente o objeto licitado;

4.11 - DO PARECER TÉCNICO: Após a abertura dos envelopes "B", contendo as propostas comerciais, os autos serão encaminhados ao Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, para que a Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização emita parecer técnico detalhado a respeito dos documentos apresentados e dos estabelecimentos de origem de cada licitante;

4.11.1 - A Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização visitará, sem prévia consulta, as instalações dos estabelecimentos de origem das licitantes, onde serão avaliadas as situações constantes do **LAUDO DE VISTORIA - Anexo II** deste edital;

4.11.2 - A Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização avaliará a qualidade dos produtos oferecidos, através de um menu de degustação, a ser previamente marcado com os proponentes;

4.11.3 - A pontuação máxima possível é de 200 (*duzentos*) pontos, correspondentes à soma das notas atribuídas por cada um dos quatro julgadores;

4.11.4 - As licitantes que obtiverem menos de 120 (*cento e vinte*) pontos (60% dos 200 pontos possíveis) no **LAUDO DE VISTORIA DE ESTABELECIMENTO** (Anexo II deste edital), pontuação esta aplicada pela Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização terão suas propostas desclassificadas.

5 - DA ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- 5.1 - Os preços deverão ser cotados em moeda nacional;
- 5.2 - Serão desclassificadas as cotações que apresentem oferta de taxa mensal de utilização inferior ao mínimo exigido, estabelecido em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ou que ofereçam taxas ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- 5.3 - Existindo discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os valores em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos.

6 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 6.1 - O presente CONVITE será processado e julgado de acordo com os procedimentos estabelecidos no art. 43, da Lei nº 8.666/93, no que couber;
- 6.2 - O objeto do presente CONVITE é UNO e será adjudicado a uma única empresa;
- 6.3 - O critério de julgamento será o de **MAIOR OFERTA para a taxa mensal de utilização**, desde que a proposta ofereça um lance mínimo de R\$ 2.000,00 (*dois mil reais*) e esteja rigorosamente de acordo com o Edital e com as especificações contidas no Anexo I deste Ato Convocatório;
 - 6.3.1 - As licitantes serão classificadas pela ordem decrescente das ofertas, sendo declarada vencedora a proponente classificada em 1º lugar (maior oferta);
- 6.4 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3.º da lei n.º 8666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro procedimento de desempate.
- 6.5 - As empresas que se enquadram na previsão do art. 13 do Decreto 8.538/15 terão tratamento favorecido, na forma estabelecida nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que tenham apresentado juntamente com os documentos de habilitação a DECLARAÇÃO de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte exigida no subitem 3.6 deste edital;

6.6 - Será considerada vencedora a empresa que apresentar a **MAIOR OFERTA**, sendo as propostas classificadas por ordem decrescente dos preços ofertados.

7 - DO PROCEDIMENTO

- 7.1 - No dia, hora e local marcados para esta licitação, as licitantes deverão entregar os envelopes "A" e "B" à Comissão Permanente de Licitação;
- 7.2 - Após o encerramento do prazo declarado pelo Presidente da Comissão para recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas comerciais, nenhum outro será aceito pela Comissão, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações, ressalvada a faculdade da Comissão promover diligência para a obtenção de confirmações ou esclarecimentos complementares das empresas licitantes;
- 7.3 - Julgando necessário, a Comissão de Licitação recorrerá a profissionais especializados para a análise dos documentos de habilitação apresentados, marcando, nesta hipótese, nova data para divulgação do resultado da habilitação;
- 7.4 - Na hipótese de a licitante discordar da decisão da Comissão que a declarar inabilitada, deverá dar ciência à referida Comissão da sua decisão de recorrer e, posteriormente, interpor o recurso, de conformidade com o estabelecido no artigo 109 da Lei nº 8.666/93;
- 7.5 - Ocorrendo a hipótese de que trata o subitem anterior, o envelope "B" contendo a proposta comercial não será aberto, marcando a Comissão nova data para a abertura do mesmo, devendo o fato ser registrado em ATA;
- 7.6 - Não havendo reclamação por parte das licitantes e caso todas manifestem, no ato, desistência expressa de interpor recurso, tal fato será lavrado em ATA, que será assinada pelas licitantes e membros da Comissão;
- 7.7 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão;
- 7.8 - Julgando necessário, a Comissão Permanente de Licitação recorrerá a profissionais especializados na área objeto da licitação a fim de subsidiar a sua decisão, ficando a licitante no dever de proporcionar os meios e as condições necessárias às análises e testes que se mostrarem indispensáveis, dentro dos prazos determinados pela Comissão;
- 7.9 - De todas as reuniões serão lavradas ATAS circunstanciadas, evidenciando todas as ocorrências, que deverão ser assinadas pelas licitantes presentes e membros da Comissão.

8 - INSTRUÇÃO E NORMAS PARA IMPUGNAÇÃO E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- 8.1 - Eventual impugnação aos termos do presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no § 2º do artigo 41 da Lei 8.666/93, os quais deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão de Licitação, na Rua Acre nº 80 - 6º andar, sala 604, no horário de 12:00 às 17:00 horas;
- 8.2 - Dos atos da Administração neste processo licitatório cabem recursos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, os quais deverão ser formulados por escrito e protocolados na Seção de Licitação, na Rua Acre, 80, 6º andar, sala 604, no horário de 12:00 às 17:00 horas;
- 8.3 - Os recursos interpostos serão processados e julgados em estrita observância às normas contidas no art. 109 da Lei 8.666/93;
- 8.4 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

9 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 9.1 - Após homologado o resultado desta licitação, o TRF-2ªRG convocará a empresa adjudicatária para assinatura do Termo de Concessão de Uso, através da Divisão de Contratos, na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas;
- 9.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF-2ªRG, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e modificações da Lei nº 8.883/94;
- 9.3 - Nos termos do § 2º, do art. 64, da Lei nº 8666/93, quando o convocado recusar-se a assinar o termo de contrato, não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, poderá o TRF-2ªRG convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a presente licitação, independente da cominação do art. 81 da Legislação supracitada.
- 9.4 - No ato da assinatura do Termo de Concessão de Uso, o adjudicatário deverá:
 - 9.4.1 - comprovar a regularidade dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

- 9.4.2 - apresentar procuração, cópia do Contrato Social ou documento equivalente devidamente autenticado, que designe expressamente seu representante habilitado para retirada da nota de empenho;
- 9.4.3 - a não apresentação dos documentos relacionados no subitem 9.4.1 implicará na não formalização da contratação, sujeitando-se a empresa às penalidades previstas neste Edital.
- 9.5 - Ao formalizar o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste CONVITE e em seus anexos, e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste CONVITE;
- 9.6 - A empresa contratada deverá obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos em lei;
- 9.7 - A contratada responderá pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com este Tribunal;
- 9.8 - Após a formalização do contrato, a Comissão de Controle de Qualidade e Fiscalização - CCQF exercerá o acompanhamento e fiscalização do mesmo;
- 9.9 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União;
- 9.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.
- 9.11 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.

- 9.11.1 - A garantia de que cuida o item supracitado deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.
- 9.11.2 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
- 9.11.3 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 9.11.4 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem supracitado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 9.11.5 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.
- 9.11.6 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.
- 9.11.7 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.
- 9.11.8 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.
- 9.11.9 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.
- 9.11.10 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

10 - DA CONTRAPARTIDA

- 10.1 - O pagamento da taxa de utilização deverá ser efetuado, mensalmente, em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência, mediante depósito bancário.

- 10.2 - O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União (GRU) em qualquer agência do Banco do Brasil, através de código a ser informado pelo Contratante.
- 10.3 - Obriga-se a Contratada a apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis após a efetivação de cada pagamento, o comprovante de recolhimento do valor devido, acompanhado da Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias, ao CRF e a CNDT.
- 10.3.1 - Caso a empresa não apresente a documentação indicada no item anterior, a Comissão de Fiscalização deverá providenciar para que a documentação seja devidamente atualizada, haja vista que a Contratada deverá manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012 - Plenário - TCU).
- 10.4 - Será concedido um prazo de carência de 30 (trinta) dias, após a assinatura do Termo de Concessão, para adaptação do espaço objeto deste Convite. Após esse período a cafeteria deverá ser aberta ao público. O prazo para pagamento da taxa mensal começa a contar a partir da abertura da cafeteria ao público.
- 10.5 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$I = (6/100)/365$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - O valor da taxa de utilização nos termos da concessão deverá ser reajustado com base na variação do IPCA-IBGE, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = N° índice da data do reajuste
	I _o = N° índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.

- 11.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo *pró-rata*, mas sim o mês cheio;
- 11.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192 de 14/02/01 e legislação superveniente ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la;
- 11.4 - Após a divulgação do índice oficial do mês de reajuste o TRF-2ª Região efetuará os cálculos e comunicará à Contratada.

12 - DAS PENALIDADES

- 12.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas à empresa contratada, as seguintes sanções, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 12.2 - Por descumprimento do prazo para a correção das imperfeições, a Contratada ficará sujeita à multa diária de 2% (*dois por cento*) calculada sobre o preço global líquido multiplicado por 100 (*cem*);
- 12.3 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93;

- 12.4 - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
- 12.5 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas aplicadas aos licitantes são disciplinadas pela IN-24-12, de 16/12/04, do TRF-2ª Região, atualizada em 08/06/2005;
- 12.6 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa à adjudicatária, na forma da lei;
- 12.7 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração;

13 - DA EXTINÇÃO, DEVOLUÇÃO, E QUITAÇÃO:

- 13.1 - Extingue-se a presente concessão:
- 13.1.1 - com o advento do termo contratual;
 - 13.1.2 - falência ou extinção da Concessionária;
 - 13.1.3 - falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual;
 - 13.1.4 - quando os serviços estiverem sendo prestados de forma inadequada ou deficiente;
 - 13.1.5 - se a Concessionária paralisar a prestação dos serviços, salvo as hipóteses de caso fortuito ou força maior;
 - 13.1.6 - se a Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para a prestação dos serviços;
 - 13.1.7 - utilização da área, objeto da presente concessão, de forma diversa daquela estabelecida na Cláusula Segunda deste Termo;
 - 13.1.8 - pela rescisão, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 ou pela inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Concessionária, observado o disposto no art. 80 do mesmo diploma legal.

- 13.2 - Finda a concessão, o Concedente cientificará a Concessionária e determinará prazo para a retirada dos bens móveis e utensílios de sua propriedade, desocupação total do espaço e a sua devolução.
- 13.2.1 - O prazo acima mencionado será de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da devida comunicação.
- 13.3 - Extinta a concessão de uso, deverá a Concessionária restituir a área física, objeto desta concessão, em perfeitas condições de uso e conservação, observado o disposto neste Termo. Qualquer dano porventura ocorrido será indenizado pela Concessionária, podendo o Concedente exigir a reposição das partes danificadas ou o valor correspondente em dinheiro, se preferir.
- 13.4 - Extinta a concessão e devolvido o imóvel em perfeitas condições, o Concedente emitirá, em favor da Concessionária, no prazo de 15 (*quinze*) dias, Termo de Quitação, dando como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes ao presente Termo de Concessão.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 14.1.1 - Adiar a data de abertura das propostas da presente licitação, dando conhecimento às interessadas através de afixação de comunicado no Quadro Geral de Avisos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 14.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Convite, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 14.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este CONVITE, desde que fixe novo prazo, não inferior a 5 (*cinco*) dias úteis para a entrega dos envelopes, a contar da publicidade das alterações, na forma autorizada pelo art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.
- 14.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial, sem que isso implique em alterações de preços cotados, de acordo com o estabelecido no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93;

- 14.2.1 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 14.3 - Os casos omissos serão resolvidos por esta Comissão que decidirá com base na legislação vigente.
- 14.4 - DO FORO: Para dirimir questões oriundas da contratação decorrente do presente Convite, ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
- 14.5 - Quaisquer esclarecimentos ou informações, relativos ao presente certame deverão ser solicitados, por escrito, à Comissão Permanente Licitação, em até 48 horas úteis antes da entrega dos envelopes "A" e "B", na rua Acre nº 80 - 6º andar ou através do telefax 2282-8682 ou 2282-8016, ou ainda por e-mail "cpl2@trf2.gov.br" com cópia para "cpl@trf2.gov.br", no horário de 11:00 às 18:00 horas.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2016

Rubens Ferraz de Araújo
Presidente da CPL

Ursula Freitas Cardoso
Membro

Cláudio Milton Perpétuo
Membro